

## Classes sociais em metamorfose O caso francês <sup>1</sup>

Paul Bouffartigue

A questão das classes sociais está de volta na França. Ela pode ser vista tanto no debate público, como em certos trabalhos sociológicos (ver box). Foi, de um lado, a renovação das lutas que interveio a partir de uns dez anos, e, ao mesmo tempo, a amplitude da desconfiança das camadas populares com a política instituídam, que o retomaram. Contudo, esse retorno se dá em termos profundamente renovados, que nos convidam a uma atualização das abordagens que se situam na tradição oriunda de Marx. Como dar conta ao mesmo tempo do enraizamento das dinâmicas inigualitárias no antagonismo de classe e do recuo da noção de classe como operador da identificação social e da mobilização política? A manutenção de uma certa pertinência do conceito de “classe em si” para descrever as dinâmicas objetivas das grandes diferenciações sociais vai de par com a perda de realidade da própria “classe em si” – recuo dos sentimentos de pertencimento de classe e declínio da noção de classe como operador de mobilização coletiva –, trata-se da nova fase da luta das classes que não aparece mais como sendo animada por um grupo social central. Essa “luta de classe sem classes” nos leva a trocar nossos óculos e a (re)aprender a não conceber mais estas últimas como grupos separados passíveis de serem identificados, mas como perpassados e trabalhados por um conflito de classe em curso de universalização. E também a colocar novamente em primeiro plano o questionamento da dialética das lutas suscetíveis de refundar o papel do povo enquanto sujeito político.

### A renovação do tema das classes sociais no debate público e na sociologia na França

Este artigo se apóia na obra dirigida pelo autor: *Le retour des classes sociales. Inégalités, dominations, conflits*, La Dispute, 2004. Na França, o tema das classes sociais se apagou como paradigma de leitura política e científica entre o final dos anos 1970 e o começo dos anos 1990. Ela volta ao debate público a partir de 1994-1995 quando começa uma contestação do neoliberalismo, com o tema da “fratura social”, ou mesmo do “retorno da questão social”, na época em que o grande conflito do inverno de 1995 sobre a proteção social provocou um debate sobre a natureza do ator social mobilizado. As eleições presidenciais de abril de 2002 – que testemunharam a eliminação do candidato do Partido Socialista no primeiro turno em proveito do porta-voz da extrema direita – e o referendo sobre o projeto de tratado constitucional europeu de maio de 2005 – que vê a vitória do “não” ao passo que todos os grandes partidos e meios de comunicação militavam pelo “sim” – jogam luz sobre a ruptura entre as classes populares e o campo político institucionalizado.

Na sociologia, o artigo de L. Chauvel (“Le retour des classes sociales”, *Revue de l'OFCE*, n° 79, 2001) é objeto de grande interesse, notadamente depois das eleições de 2002. Ele foi seguido pela constituição de um grupo de pesquisa sobre “Classes, desigualdades, fragmentação” no seio da *Association Française de Sociologie* e da publicação de um número da revista *Lien Social et Politiques* com o tema das classes sociais. Este último dá a luz a um livro, dirigido por J.N. Chopart e C. Martin, intitulado *Que reste-t-il des classes sociales?* (ENSP, Rennes, 2005). Do lado dos sociólogos de inspiração marxista, vemos a publicação de “Les nouveaux rapports de classe”, *Actuel Marx*, n° 26, PUF, 1999-2; “Classes, exploitation. Totem ou tabou?”, *Mouvements*, n° 26, 2003-2; e sob a égide de *Espaces Marx* e do *Forum européen* “Caractéristiques du capitalisme contemporain. Recherche d'alternatives”, *Classes sociales: retour ou renouveau*, Syllepse, 2003.

<sup>1</sup> Versão ligeiramente modificada do artigo publicado em *La Pensée*, n° 341, janeiro-março de 2005.

Compreender esse paradoxo pressupõe de início identificar o que é novo na fase atual da acumulação de capital: hegemonia da finança, advento do Império e declínio dos Estados-nação abalam as antigas configurações de classe ao mesmo tempo em que universalizam o conflito capital-trabalho. Num país como a França, as grandes desigualdades sociais são sempre interpretáveis em termos de estrutura de classe. Embora a relação salarial tenha se tornado muito hegemônica, tenha havido uma elevação das qualificações e uma ascensão das classes assalariadas intermediárias, isso não deve ocultar o peso sempre majoritário das classes populares. Essa completa difusão do assalariamento se dá num processo dominado pela explosão e esmigalhamento das antigas solidariedades, de turvação das classes e de precarização dos meios populares e de seu núcleo operário. Novas formas de dominação social desqualificam as antigas culturas políticas em sua capacidade de decodificá-las e de contestá-las, mesmo se relações fortes subsistem entre a posição objetiva nas relações de classe e as orientações políticas. O novo ciclo de luta confirma que se a noção de classe não é mais o vetor das mobilizações, nenhum grupo social não está mais, de fato, no coração da conflitualidade, nem em posição de reivindicar tal centralidade: é que o conflito de classe se metamorfoseia diante de nossos olhos. Notadamente, porque ele se transpõe sobre o plano de uma série de desafios e de reivindicações da civilização.

\*\*\*

### **Uma nova fase de acumulação de capital**

Ser fiel ao espírito de Marx é, inicialmente, lembrar que não há sociologia das classes sem sociologia do capital; sem a exploração, portanto, das dinâmicas presentes da acumulação de capital, em sua relação com as evoluções das classes sociais, tanto as classes dominantes quanto as classes dominadas. As pesquisas recentes sobre as inflexões econômicas do capitalismo propõem conceitualizações diversas: “capitalismo monopolista financeiro”, “capitalismo patrimonial”, “capitalismo flexível”, “capitalismo cognitivo”. Todos não enfatizam o mesmo fenômeno. Manteremos aqui a hipótese, doravante amplamente compartilhada, de entrada do capitalismo, desde o final dos anos 1970, numa nova fase, de “mundialização” e de orientação universalmente “neoliberal”. Nesta perspectiva, o que é novo não é o processo de mundialização das trocas mercantis, o desenvolvimento da divisão internacional do trabalho, mas a mundialização financeira, a dos fluxos de capitais financeiros. Segundo Gérard Duménil e Dominique Lévy, trata-se de uma (re)tomada do poder desta fração do capital no seio do capital tomado em seu conjunto, nos marcos de um período histórico que vai desde os anos trinta aos anos setenta, o dito do compromisso “quadrista” – definição melhor que a de compromisso “keynesiano” – ao longo do qual toda uma série de mecanismos institucionais regulamentavam a atividade da finança.<sup>2</sup> Os quadros dirigentes beneficiavam então de uma certa autonomia na gestão das empresas, da economia e da sociedade.<sup>3</sup> O compromisso de classes contava igualmente com a participação das classes populares. Esse compromisso começa a se romper a partir dos anos 1970 com a finança conseguindo colocar fim aos dispositivos que entravam a liberdade de circulação de capitais. A expansão mundial das firmas multinacionais, o novo papel das instituições financeiras internacionais (Fundo

<sup>2</sup> *Economie marxiste du capitalisme*, La Découverte, 2003.

<sup>3</sup> Jacques Bidet (“La structure de classe de la société capitaliste”, *Mouvements*, n° 26, março 2003), propõe igualmente uma conceitualização da estrutura de classe do capitalismo contemporâneo que introduz, ao lado do mercado e da propriedade, a organização e a competência como princípios estruturantes de dois pólos da classe dominante e de três frações da classe dominada (assalariados do setor privado, assalariados do Estado, independentes).

Monetário Internacional, Banco Mundial), o nível elevado das taxas de juros são outros fenômenos estritamente associados à globalização financeira, a qual se traduz por uma transferência massiva de lucros das empresas não-financeiras para as empresas financeiras. Longe de relançar o crescimento econômico, essas orientações fazem com que o planeta inteiro mergulhe num período de crescimento lento, de especulação e de instabilidade financeira, de estragos sociais e ambientais que ficam tanto mais graves quanto se se afasta das regiões do centro para observar as da periferia.

Nesta nova fase de acumulação flexível, a financeirização e a mundialização do capital ampliam a concorrência dos territórios, dos trabalhadores e das populações, acentuam o desenvolvimento desigual. A multiplicação dos focos de tensão em todos os continentes, a criminalização das lutas sociais, a deriva secundária, a retomada do racismo e da xenofobia, a nova face da guerra, o aquecimento do planeta não são outras senão expressões da universalização daquilo que as classes colocam em jogo, – pensemos no papel desempenhado aqui pelas multinacionais do petróleo – descrito por Marx? Para além disso, já que ela tende a se subordinar a si doravante todas as esferas da atividade humana, a lógica do capital multiplica os terrenos e aquilo que a resistência da ordem propriamente civilizacional coloca em jogo: frente ao Império, a multidão.<sup>4</sup>

O aumento da potência dos “fundos de pensão” e outros “investidores institucionais” anglo-saxões na propriedade do capital se traduz por um deslocamento das relações de poder no seio das firmas rumo a um acionariado em posição de exigir uma rentabilidade muito elevada sob ameaça de um reinvestimento quase instantâneo em outros lugares. Este movimento vai de par com uma certa difusão da poupança financeira rumo ao salariado mais qualificado, vetor de redobramento das desigualdades e do desenvolvimento de novas contradições no seio do mundo do trabalho.<sup>5</sup> Uma nova divisão internacional do trabalho aparece na qual as velhas metrópoles industriais se vêem especializadas nas atividades de alto valor agregado. De um lado, à fragilização e ao declínio da classe operária industrial dos países do Norte corresponde a extensão de um novo proletariado nos países do Sul. O nomadismo do capital se intensifica, tomando formas de extrema violência, inclusive nas velhas metrópoles industriais, quando fábricas são brutalmente fechadas antes mesmo que os assalariados possam identificar seu adversário. O processo de polarização das riquezas, espetacular em escala mundial, não poupa o espaço nacional, reduzindo a uma pele de onagro estas aristocracias operárias que se beneficiavam de uma redistribuição dos lucros ligados à exploração neocolonial, no qual os teóricos marxistas do começo do século XX viam a base social privilegiada da corrente reformista no seio do movimento operário. A concentração de capital financeiro caminha doravante de mãos dadas com a fragmentação do tecido produtivo – a maioria dos trabalhadores são hoje empregados em estabelecimentos com menos de 50 pessoas, o que torna tanto mais difícil sua organização coletiva.

Com base em qual tipo de compromisso social essa nova hegemonia da finança no seio das classes dominantes pode se apoiar? Se um punhado de alto gestores vê seus interesses solidarizados com os da finança por meio de remunerações exorbitantes e que camadas mais largas de poupadores e de futuros aposentados – essencialmente as frações superiores do salariado – se encontram interessados na cotação da bolsa, eles são cativos de sua fragilidade: somente uma pequena minoria se beneficia do movimento de concentração da propriedade patrimonial.<sup>6</sup> Este tipo de compromisso aparece assim socialmente mais estreito e estruturalmente frágil que o que foi estabelecido no período precedente.

<sup>4</sup> Antonio Negri e Michael Hardt, *Empire*, Exils, 2000.

<sup>5</sup> Henri Jacot e Jean-Christophe Le Duigou, *Capitalisme patrimonial ou nouveau statut salarial*, VO Editions-L'Harmattan, 2000.

<sup>6</sup> Nos EUA, a parte total da riqueza detida por 1% das famílias mais ricas se reencontra nos anos 1990 seu antigo nível dos anos 1960 (mais de um terço), após de ter sensivelmente recuado de 1965 a 1975.

Minado por contradições explosivas, a ordem neoliberal clama por sua própria superação. A principal questão é saber sobre qual tipo de aliança de classe repousará esta superação: simples restabelecimento do poder do polo “quadrista” ou “gestor” com respeito àquele da finança por meio de novas regulamentações do capitalismo mundial ou superação deste último imposta por uma nova era de lutas populares: alternância entre pólos das classes dominantes ou alternativa imposta pela luta dos povos? A resposta a esta questão depende de outras muitas. Dentre as quais aquela da transformação das entidades nacionais no processo de mundialização e as resistências que ela suscita. Observa-se, com efeito, uma dissociação geral entra a “nação política” e a “nação econômica, mais ou menos enfraquecida e vulnerabilizada segundo cada caso”;<sup>7</sup> mesmo a hiper-potência militar e econômica estadunidense é cada vez mais dependente da poupança externa e o “sonho americano”, que fundava essa nação, se esvai a cada dia um pouco mais perante os olhos da população trabalhadora e de largas frações de suas classes médias: o belicismo conseguirá substituí-lo duravelmente? Nações serão mobilizadas como porto seguro identitário – todos os populismo xenófobos estão à espreita – ou como vetores de solidariedade mais amplos?

### **Por trás das dinâmicas desigualitárias, o antagonismo de classe**

A crise do Estado-nação como matriz da antiga configuração de classes não impede a tentativa de descrever as dinâmicas macrossociais nessa escala com a ajuda das noções de conflito de classe e de relação de classe. Com a condição de se lembrar que as classes são resultantes de suas relações – econômicas, políticas, ideológico-simbólicas – recíprocas e que a realidade de uma classe social somente pode ser apreendida quando pautada por três registros principais, a saber, comunidade de situação e de destino, sentimento de pertencimento e sujeito político. Historicamente, esses três registros coincidem somente de forma excepcional. Podemos chegar mesmo a afirmar, como L. Chauvel, que o enfraquecimento da consciência de classe observável desde há uns trinta anos resulta, ao menos parcialmente, das dinâmicas igualitárias e promocionais conquistadas ao longo dos anos 1950-1960 através de uma intensa luta de classes. Ao mesmo tempo, a conjuntura presente se caracterizaria por uma disjunção entre uma situação objetiva de endurecimento das desigualdades de classe e sua não-percepção subjetiva tal qual. Onde, um risco de “dissociação” para as novas gerações, pois os valores igualitários e promocionais transmitidos pela geração precedente se chocam com as novas realidades de classe.<sup>8</sup>

As “categorias socioprofissionais”<sup>9</sup> não poderiam ser a expressão direta e completa das classes, de suas relações e de seus conflitos. O pertencimento social individual é sempre mais complexo, remetendo frequentemente a determinações de classe plurais, até mesmo contraditórias: “contar os membros das classes sociais” não faz sentido. Por outro lado, uma problemática classista não poderia ignorar os ensinamentos das estatísticas sociais, sob pena de se tornar um discurso especulativo. A construção e a qualidade da nomenclatura francesa das categorias socioprofissionais oferecem aqui preciosos pontos de apoio para estudar certas dimensões das relações de classe. Esse modelo de classificação é resultado do compromisso interposto na Libertação\* entre os altos funcionários públicos e um movimento operário poderoso e se traduziu então pela adoção de uma representação oficial da sociedade, se não como sociedade de classes, ao menos como um, espaço descontínuo, como uma sociedade de desigualdades fortemente estruturadas, e não como um espaço estratificado de maneira simples. A prevalência da situação profissional, a importância da clivagem assalariado/não-assalariado, a levada em conta da hierarquia das qualificações oriunda da generalização das convenções coletivas e a instalação do estatuto do funcionalismo público, tantos indícios da influência da

<sup>7</sup> Jean-Claude Delaunay, “Hyper puissance américaine, phénomène national et capitalisme monopoliste financier”, *La Pensée*, 2003.

<sup>8</sup> “Le renouveau d’une société de classes”, in Paul Bouffartigue, op. cit.

<sup>9</sup> Noção tipicamente francesa, bem diferente daquela de estrato social.

\* Refere-se à libertação do jugo nazista no final da II Guerra Mundial (1939-1945). [NdoT]

concepção marxista e da cristalização das identidades de classe próprias a este período histórico.

A última transformação da classificação socioprofissional interveio em 1982, apoiada sobre numerosos trabalhos cumulativos – notadamente os de Bourdieu – e atestavam o peso das regularidades sociais. Ela registra a importância, ao lado da clivagem ligada ao estatuto dos ativos (assalariado ou não), da renda, e à oposição entre assalariados e não-assalariados, de um terceiro critério, distinguindo o estatuto do empregador (público ou privado) fazendo da nomenclatura um espaço tridimensional. E sua pertinência do conjunto como ferramenta descritiva da estrutura social da sociedade francesa deve ser reafirmada contra aqueles que garantem que uma medianização, associada a uma turvação generalizadas das fronteiras e das identidades sociais teriam-no tornada obsoleta.<sup>10</sup>

Como demonstraram A. Bihl e R. Pfefferkorn ao se apoiarem num estudo muito exaustivo das desigualdades entre categorias sociais, apreendidas através da nomenclatura das categorias socioprofissionais, os fenômenos de segmentação, de hierarquização e de conflitos que caracterizam a sociedade francesa, ganham ao serem interpretadas em termos de persistência das classes como “fenômenos sociais totais”. Dito de outra forma, essa é uma noção que condensa os fenômenos em questão, não se tratando, portanto, de uma das formas particulares de reagrupamento dentre outras.<sup>11</sup> Os modos e estilos de vida não são homogeneizados, tanto as práticas quanto os objetos de consumo permanecem muito diferenciados segundo as categorias sociais. Todos os domínios da atividade social são marcados por desigualdades, formando cada vez mais um sistema. Vantagens e deficiências relativas se acumulam, segundo um processo de polarização, nos antípodas do mito de uma “medianização” da sociedade. Essas desigualdades tentem se reproduzirem de geração em geração, sendo que a última década é, a este respeito, significativa como testemunha a retomada das desigualdades escolares entre os grupos sociais. E as políticas públicas e privadas que exprimem as relações de forças entre grupos sociais tendem a acentuar estas desigualdades ao longo das últimas três décadas. Nesse sentido, a “luta de lugares” ou a “luta de classificações” não substituíram a luta de classes.

Modos de inserção na esfera do trabalho produtivo ao conjunto dos modos de vida que forma as condições, objetivas e subjetivas, das realidades contemporâneas das classes sociais, múltiplas dimensões intervêm: escolarização, renda, mobilidade social, consumo, habitação e estilos de vida, pertencimento de gênero, de geração, origens étnicas, etc. Além disso, uma parte do crescimento da população – estudantes, aposentados – situa-se afastada do trabalho direto. É por isso que uma leitura determinista da relação entre a situação de trabalho e de emprego e as maneiras de viver e de se representar a identidade social é mais do nunca redutora. O que permanece é que a percepção das grandes dinâmicas da divisão do trabalho condiciona sempre a identificação do movimento de relações de classe. Deste ponto de vista, primeiro dado é o da universalização do salariado.

### **Um salariado hegemônico, mas esmigalhado, classes populares sempre majoritárias**

Fim do processo de assalariamento da população ativa num processo em que as tendências à diversificação interna parecem vencer pelo momento as tendências à convergência, tanto no plano do emprego quanto no do trabalho; papéis decisivos das mutações produtivas, da escolarização de massa, da feminização e da precarização salarial: tais são os traços principais a partir dos quais pode-se continuar a descrição da dinâmica objetiva da paisagem das classes na França.

<sup>10</sup> Laurence Coutrot, “Les catégories socioprofessionnelles: changement des conditions, permanence des positions?”, *Sociétés Contemporaines*, n° 45-46, 2002.

<sup>11</sup> “Du système d’inégalités aux classes sociales”, in Paul Bouffartigue, op. cit.

Como em todos os velhos países industriais, a segmentação das classes populares e médias independentes – campesinato, artesãos e comerciantes – parece conhecer seu fim: a população ativa é doravante assalariada em mais de 90% [Tabela]. Ao se generalizar para a maior parte das atividades de trabalho, em particular na esfera tornada dominante dos serviços, a condição salarial se diversificou muito. Ela se estende da caixa de supermercado ao médico hospital. Já está distante a época – nos anos 50 na França – quando era o grupo operário que era majoritário e que a simbolizava melhor. Em particular, ao se difundirem nas atividades de serviços e/ou fortemente intelectualizadas, a lógica da exploração e a da subordinação salarial que lhe foi associada se chocam com as exigências de autonomia e de implicação subjetiva no trabalho: elas tem que compor com ela, sem jamais poder plenamente reconhecê-las e realizá-las. Mas, esta tensão entre o avanço das capacidades de iniciativa e de cooperação mobilizadas no trabalho e a pressão à rentabilidade financeira se colocam doravante no conjunto do mundo do trabalho, inclusive em seus componentes menos qualificados. O salariado se estrutura hoje em três grandes conjuntos de importância numérica comparável – operários, empregados\*, profissionais intermediários e quadros. Dito de outra forma, mesmo se uma fração dos empregados(as) – principalmente os empregados de escritório – pode legitimamente ser considerada como pertencendo às classes intermediárias assalariadas, o salariado popular ainda continua majoritário. O balanço das grandes mutações da população ativa desde a II Guerra Mundial não é o de uma minorização das classes populares em proveito das classes médias: é um duplo movimento, de assalariamento das classes populares e de expansão do salariado qualificado e intermediário, ligado ao exercício das funções intelectuais, de especialização ou enquadramento.

A diversificação do salariado, que acompanha sua generalização, nos leva a outro processo que não o da dinâmica das atividades produtoras somente. Nesta a revolução da informação se combina com a generalização da lógica do serviço.

O ampliamiento das escolaridades, uma vez que ela se apoiou, por um lado, sobre uma mobilização dos meios populares neste terreno, transborda as necessidades estritas do capital em matéria de reprodução da força de trabalho qualificada: mais da metade de uma faixa etária entra agora no ensino superior ao passo que a maioria dos empregos oferecidos aos iniciantes são de empregados ou de operários. Desenvolvem-se assim frações instruídas no seio dos meios populares, “dominados com diploma”, fenômeno que participa da abertura dessa classe a outros mundos sociais, inclusive na esfera do trabalho, com o desenvolvimento de situações de interações.<sup>12</sup> Insiste-se sobretudo na distância cultural intergeracional introduzida assim no seio do mundo do trabalho e não tanto na combatividade social potencial dos jovens concernidos. É verdade que eles vivem a experiência da exploração e da dominação segundo outros canais sociais que aqueles de seus mais velhos. Mas sua experiência escolar lhes abriu horizontes de expectativa elevados em matéria de emancipação individual.

A feminização do salariado – cuja taxa passa de um terço em 1962 para quase a metade hoje – participa igualmente de sua diversificação. De um lado, a reprodução do salariado menos qualificado e mais explorado se alimenta enormemente da dominação masculina – empregos precários, tempo parcial contraído e fracionado, tarefas obscuras de gestão do sofrimento alheio –<sup>13</sup>, de outro, os componentes mais qualificados registram, de maneira tanto mais “amortecida” ao passo que subimos na hierarquia dos saberes e dos poderes, essa ascensão das mulheres.

\* O termo *employé*, literalmente, “empregado”, designa uma categoria intermediária de profissionais situada entre os *ouvriers* (operários), cujo trabalho seria principalmente braçal, e os *cadres* (quadros), cujo trabalho seria principalmente intelectual. Optamos pela tradução literal, por uma carência na língua portuguesa de outra melhor, apesar de reconhecer que ela pode levar a incompreensões. [NdoT]

<sup>12</sup> Olivier Schwartz, *La notion de “classes populaires”*, tese de habilitação para orientação de pesquisas em sociologia, Université de Versailles-St Quentin-en-Yvelines, 1998.

<sup>13</sup> Pascale Molinier, *L'énigme de la femme active. Travail, sexe et compassion*, 2003.

Com mais tempo de escolaridade e mais diplomadas que os meninos, sobretudo quando elas são oriundas dos meios populares, são elas que vivem mais freqüentemente a experiência do desclassamento evocada há pouco. São elas igualmente que se inserem mais massivamente no salariado público, onde elas encontram proteções mais raramente presentes no setor privado.

Pois, o emprego público resistiu até hoje, se não em qualidade, ao menos em quantidade, às políticas de inspiração liberal: ele representa mais de um quarto do salariado. No contexto do desemprego de massa e de desestabilização dos empregos instalado desde uns vinte anos atrás, a antiga clivagem entre “pessoal do privado e pessoal do público”<sup>14</sup> conheceu incontestavelmente um novo vigor, ao ponto de fazer aparecer a condição que sua condição de secundário fosse “privilegiada”. As lutas sociais, e algumas pesquisas, vem lembrar a ligação de uma grande parte deste salariado aos meios populares e da experiência da vulnerabilidade e de não-reconhecimento que ela compartilha com a massa dos trabalhadores do setor privado. Quanto às populações mais precarizadas, somente uma minoria se situa duravelmente fora de toda experiência salarial: a continuidade entre a pobreza dos trabalhadores e a pobreza dos assistidos é o traço marcante dos processos contemporâneos de marginalização de amplas frações das classes populares, o que contradiz a tese da “exclusão” que dissocia estes fenômenos das formas modernas de exploração.<sup>15</sup> Isto não subtrai nada do papel das relações sociais específicas de dominação – ligadas ao sexo, à geração ou à idade, à estigmatização das origens étnicas, etc. – na dinâmica da precarização salarial e social.

<sup>14</sup> Claude Thélot e François de Singly, *Gens du privé, gens du public. La grande différence*, Dunod, 1988.

<sup>15</sup> Paul Bouffartigue, “Les métamorphoses de l’armée industrielle”, *Politis la Revue*, n°4, 1993. Bernadette de la Rochère, “Les sans domicile ne sont pas coupés de l’emploi”, *INSEE Première*, n° 925, outubro de 2003.

## EVOLUÇÃO DOS GRUPOS SOCIAIS: 1962-2002\*

	1962		1975		2002		Evolução Relativa % 1962-20	% mulheres 1962	% mulheres 2002
	Efetivos (milhares)	%	Efetivos (milhares)	%	Efetivos (milhares)	%			
Agricultores	3.045	15,9	1.488	6,4	639	2,45	-79	38,4	32,4
Artesãos, comerciantes, Chefes de empresa <i>dentre os quais</i>	2.084	10,9	1.793	7,7	1.473	5,7	-29	35,3	29,8
Artesãos	1.039	5,4	915	4	715	3,9	-31	25	23,3
Comerciantes	941	4,9	772	3,3	675	2,6	-28	48,8	39,9
Chefes de empresa	104	0,5	106	0,5	125	0,6	20	15,4	14,4
Quadros, prof. liberais Intelectuais	892	4,7	1.863	8	3.656	14	310	16,3	36,3
Prof. intermediários	2.114	11	4.225	18,2	5.442	18,9	157	33,9	47,2
Empregados	3.535	18,5	6.097	26,3	7.831	28,2	121	66,4	75,7
Operários	7.488	39,1	7.695	33,2	6.999	26,9	-6,5	19,6	20,7
Total	19.158	100	23.161	100	26.039	100	35,9	34,4	45,8

*Categorias socioprofissionais individuais da população ativa. Fonte, INSEE.  
1962: Censo. 1975 et 2002: Pesquisa de emprego.*



## **Turvação das classes de antanho, novas formas da dominação social**

Se uma leitura das dinâmicas macrosociais em termos de relações de classe permanece cheia de atualidade, o enfraquecimento considerável dos sentimentos de pertencimento de classe – particularmente claro no mundo inteiro – deve ela também ser elucidada depois de ter sido, entretanto, relativizada. Assim, examinada de perto, a ligação entre a condição social e o comportamento político não desapareceu. Estudos recentes mostram assim o papel acentuado da clivagem entre o setor público e o setor privado<sup>16</sup>, e também o papel mais amplo da situação de trabalho e do emprego dos assalariados, examinada de perto, na estruturação dos votos. O salariado modesto e intermediário aparece diferenciado, além de seu pertencimento aos mundos do público e do privado, o seio do setor privado: assim, os operários e os empregados da pequena produção, do comércio e dos serviços se voltam de melhor grado para a abstenção e à extrema direita, ao passo que o salariado modesto das grandes empresas industriais votam claramente à esquerda.<sup>17</sup>

Diversos processos podem ser notados no declínio do pertencimento subjetivo de classe. O mais decisivo é sem dúvida o movimento de afirmação do sujeito, designado por N. Elias, como uma tendência de longa duração de emergência de uma “sociedade de indivíduos”. Em outro lugar, como se disse, a mundialização capitalista percute o Estado-nação que era a matriz da construção da configuração de classes anterior e os compromissos sócio-políticos que a fundavam: o adversário capitalista e patronal parece ter se dissolvido ao mesmo tempo em que luta eficazmente em matérias de dessolidarização do mundo do trabalho e os próprios governos tendem a invocar sua impotência perante a lógica da mundialização capitalista. Mais ao fundo, é neste quadro nacional que a luta de classes tinha conquistado sua legitimidade para disputar com a burguesia o interesse geral, sobre a base de um compromisso sócio-político fundado numa visão comum de “progresso”: quando esse quadro se decompõe e a classe dominante avança num espaço mais vasto, o salariado não deveria fazer de si o portador do interesse geral em novas escalas? Múltiplas relações sociais de dominação não-derivadas da relação de classe alimentam construções ou recuos identitários: vêmo-lo a propósito dos comunitarismos ou da xenofobia, que progridem nos meios populares no mesmo ritmo em que neles recuam as solidariedades de classe. E, tanto a dominação social, como as resistências que ela provoca tendem a tomar a forma de uma confrontação entre a aspiração à realização de si e a ordem social, segundo canais, portanto, bem diferentes daquilo que as antigas culturas de luta construíam como definição de injustiça.

Compreender, para além da relação de exploração e de dominação capitalista, o conjunto das relações sociais e as modalidades de dominação que as ultrapassam, requer pensar com outras ferramentas conceituais que aquelas legadas por Marx. De Weber a Bourdieu e a Touraine, a sociologia trouxe muito à compreensão deste processo. Levá-los em conta permite esclarecer muitos aspectos das dinâmicas recentes dos grandes grupos sociais. É necessário ir mais longe na análise das metamorfoses dos mecanismos e das formas de dominação social, que entraram em disjunção manifesta com as antigas culturas políticas, em particular com as visões classistas. A incapacidade destas culturas de conferir sentido às experiências da dominação exprime e entretém esta última. Se for “preciso defender a noção de classe pois ela designa a presença e a força dos mecanismos de dominação social”<sup>18</sup>, é preciso levar em conta o fato de

<sup>16</sup> Sobre a orientação à esquerda dos assalariados do público, relativamente cada vez mais marcada: Nonna Meyer, “Que reste-t-il du vote de classe? Le cas français”, *Lien Social et Politiques*, n° 49, primavera de 2003

<sup>17</sup> Dominique Goux e Eric Maurin, “Anatomie sociale d'un vote”, *La Monde*, 14 de abril de 2004.

<sup>18</sup> François Dubet, “Que faire des classes sociales”, *Lien Social et Politiques*, 2003.

que estes últimos podem hoje serem definidos pela “impossibilidade objetiva de construir uma experiência subjetiva”.<sup>19</sup>

A dominação é uma relação social assimétrica entre dois protagonistas dentre os quais um está em medida de impor ao outro – através de uma dinâmica que oscila entre constrangimento e consentimento – um jogo e as regras desse jogo, incluindo as categorias de pensamento e de ação. Trata-se de uma dupla confrontação socializadora, ao mesmo tempo para com o outro protagonista e para com o que está em jogo que estrutura esta relação social.<sup>20</sup> Ora, se seguirmos Danilo Martucelli<sup>21</sup>, o problema é que: 1- as experiências contemporâneas da dominação tornam esta última mais dificilmente imputável a um ator identificável e dotado de uma intenção de dominação; 2- ela passa menos pela interiorização de normas coerentes – as formas de controle social se dessincronizam – que por diferentes processos de responsabilização individual; 3- os estados de dominação normais e as provas pessoais que atuam nela estão grandemente desconectados tanto das estratégias dos dominantes como dos movimentos de contestação dos dominados. Donde a importância dos temas da dignidade e dos respeito pela pessoa e por seus direitos nas contestações da dominação. Mas, na proporção em que estas últimas podem ficar muito aquém da denúncia de uma injustiça coletiva – o autor insiste sobremaneira neste aspecto – eles podem nutrir uma contestação radical da ordem do mundo.

Tais transformações dos modos de dominação são ligadas em parte com aquelas das formas de individualidade social. A afirmação do “eu” no mundo operário por permitida pelas conquistas sociais do pós-guerra e pela abertura das possibilidades de promoção social, em particular de uma geração à outra através da mobilização escolar. Socialização e individuação caminham, então, de braços dados. Essa mutação contribuiu para solapar os fundamentos das antigas formas de consciência e de ação de classe, em muitos aspectos machistas, coletivistas e delegatárias, no mesmo momento em que o retorno da relação de força política entre as classes expunha as camadas populares ao retorno da precariedade e do encurtamento dos horizontes. A atomização e a individualização progridem então em detrimento da individuação<sup>22</sup>: o recuo das proteções sociais favorece a batida em retirada privativa numa lógica de sobrevivência, ao passo que seu desenvolvimento autoriza novos modos de engajamento coletivos, que têm mais respeito para com as individualidades. A força do liberalismo e do “novo espírito do capitalismo” é a de favorecer as aspirações à autonomia pessoal e à realização de si que foram explodidas na esteira das mudanças sociais do período de crescimento do pós-guerra. Sua fraqueza está em sua incapacidade de criar a partir dela suas condições objetivas, apesar de sua tendência a fazer que cada sujeito faça de si mesmo o responsável por seus fracassos e infelicidades.

Se concordarmos com Alain Bertho, na esfera do trabalho, cuja feição transborda agora completamente a da antiga fábrica e de seu espaço-tempo disciplinar, como na vida social em seu conjunto, a dominação tomaria cada vez mais a forma da confrontação de uma subjetividade, de uma criatividade, a normas preestabelecidas.<sup>23</sup> Mas, essa contradição entre a experiência individual e a ordem social não engendra somente sofrimentos ou violências por falta de normatividade – essa capacidade de criar novas normas<sup>24</sup> –, de conflito pleno de sentidos, de política; em resumo, da visão de uma outra ordem social possível. É ao militante que cabe a tarefa de acender esta experiência, transformando o móbil subjetivo em finalidades sociais. Com a condição de que, e isso vai sem dizer, que este militante rompa com a raiz

<sup>19</sup> François Dubet, art.cit.

<sup>20</sup> Philippe Zarifian, *A quoi sert le travail?*, La Dispute, 2003.

<sup>21</sup> “Retour sur la domination”, *Recherches sociologiques*, Vol. XXXIV, n° 2, 2003.

<sup>22</sup> Stéphane Le Lay, “Individuation, individualisation, atomisation. Malentendus de classes”, *Mouvements*, n° 23, março de 2003.

<sup>23</sup> *Contre l'Etat, la politique*, La Dispute, 1999.

<sup>24</sup> Cf. Georges Canguilhem, *Le normal et le pathologique*, PUF, 1954.

militar de sua identidade simbólica, a de agente de um aparato, e se engaje, a si próprio, como sujeito.

### **Novas faces das lutas emancipadoras**

A sociologia sempre esteve menos à vontade na análise dos processos emancipatórios do que na análise da dominação, que o testemunhe a fraqueza da pesquisa científica sobre as lutas e os conflitos. Melhor dizendo, a sociologia mais virulenta no revelamento das relações de dominação é cega às “mutações subjetivas das ‘classes populares’”, por exemplo, quando a igualdade é levada ao pé da letra e a atribuição da identidade operária recusada com veemência<sup>25</sup>. Segundo Alain Bertho, é por falta de se ver que o pensamento popular é sempre normativo e percriptivo – “o pensamento que se esclarece do pensamento do que deveria ser” –, é a cegueira sobre o fato de que os possíveis (subjetivos) fazem parte do real (objetivo) que conduzem a sociologia clássica a se privar da capacidade de pensar o advento, o conflito que não a simples “falha”. O “movimento social” nele será visto de bom grado como “corporativista”, ao passo que é possível identificar nele novos meios de politização nos quais a relações entre o singular e o universal, o local e o global, é bem mais imediata que no passado. O paradoxo é somente aparente, se se admite, desta vez junto com Philippe Zarifian, que os processos de singularização das individualidades se realizam através daquilo que está em jogo e que é objetivamente mundializado: o par “individualidade social” e “comunidade humana concreta (mundializada)” deve ser substituído pela dupla ficção do “indivíduo” e da “sociedade”.<sup>26</sup>

É inicialmente a partir do exame da renovação da conflitualidade social que se pode esperar entrever as dinâmicas sócio-políticas aptas a unificar a massa do mundo salarial, muito doente e esmigalhada pelas lógicas neoliberais. Deixa-se aqui de lado uma multidão de lutas – desempregados, sem-papéis, mulheres das “periferias”, homossexuais – freqüentemente radicais, que intervieram ao longo da última década, igual às experiências estimulantes de crítica em ato dos critérios de gestão capitalistas<sup>27</sup>, para evocar os grandes movimentos sociais de 1995 e 2003.

As contra-reformas de inspiração neoliberais que atingiram o sistema de proteção social e de aposentadoria provocaram mobilizações populares de grande envergadura, nas quais o setor público desempenhou um papel central. Em 1995, o núcleo duro da mobilização foi constituído pelos trabalhadores dos transportes públicos, em luta ao mesmo tempo por reivindicações “particulares” – contrato de plano Estado-SNCF, contestação dos regimes especiais de aposentadoria – e por reivindicações “universais”, como uma “reforma” mais ampla que atingisse a proteção social. Em 2003, os docentes parecem ter substituído os ferroviários e os condutores de bonde. Deste ponto de vista, o conflito prolonga e acentua o papel desempenhado pelos grupos de assalariados do setor público, relativamente protegidos e qualificados em relação à situação do salariado popular do setor privado. Encontramos aqui igualmente a importância das formas de auto-organização, de democracia direta e de desconfiança com a política instituída, assim como a valorização da civilização para além das reivindicações corporativas, associada à simpatia da opinião pública, a dos assalariados do setor privado e dos precarizados. Porém, nos dois casos, esses componentes do mundo do trabalho mantem-se afastados, sem dúvida porque, para além dos obstáculos objetivos à ação coletiva que são os seus, eles não podem se reconhecer plenamente nestes movimentos.

As frações assalariadas mais combativas hoje não são, portanto, as mais exploradas e as mais precarizadas – na verdade, isso nunca foi realmente verdade, mas o fenômeno toma proporções novas – e os conflitos articulam hoje mais diretamente que antes aquilo que está em

<sup>25</sup> Patrick Cingolani, *La république, les sociologues et la question politique*, La Dispute, 2003.

<sup>26</sup> Eloge de la civilité, L'Harmattan, 1997; *L'émergence d'un peuple monde*, PUF, 2002.

<sup>27</sup> Jean Lojkine, *Le tabou de la gestion*, Editions de l'Atelier, 1996.

jogo para uma determinada categoria, aquilo que está para uma classe e o que está para a civilização inteira. Tudo se passa como se, na nova fase de acumulação capitalista, a classe dominante fosse constringida a engajar-se numa prova de força com um bastião da resistência aos valores do liberalismo: oariado do Estado e das grandes empresas públicas. O resto doariado poderá se reconhecer ainda melhor neste combate? E se colocar em movimento por sua vez em torno de reivindicações unificadoras?

Quanto ao papel central desempenhado pelos docentes em 2003, deve-se ver nele um sinal do engajamento dos “quadros” na luta de classes? De uma certa maneira, sim, pois os docentes fazem parte da categoria dos “quadros e profissionais intelectuais superiores”. De uma outra maneira, não, pois se trata de um componente bem específico dos “quadros”: “quadros” do público, inicialmente, “quadros” não-enquadrantes e “quadros” muito feminizados em seguida,<sup>28</sup> “quadros” finalmente expostos muito diretamente em sua atividade à contradição entre os sentidos de sua atividade e os efeitos das orientações neoliberais. Trata-se, sem dúvida alguma, do componente mais sindicalizado e mais militante dos “quadros”. Fica que o ano de 2003 irá para os registros como tendo visto pela primeira vez um engajamento massivo e freqüentemente radical de um componente maior doariado intelectual. O ano de 2004 confirmou esta tendência com as lutas como a dos pesquisadores ou dos artistas intermitentes do espetáculo e seu nível excepcional de popularidade, testemunha de sua percepção como reivindicações nacionais e civilizacionais, bem além de sua dimensão corporativa.

O movimento altermundialista compartilha de algumas destas características: animado pelas classes intermediárias assalariadas do setor público, ele cohece uma grande audiência na opinião, sem dúvida porque ele consegue dar uma forma, por meio de objetivos precisos, a uma preocupação e uma crítica social mais difusas. Compreende-se porque uma associação como a ATTAC fez do desenvolvimento de sua implantação nas camadas populares uma prioridade.

Os trunfos e os limites dos movimentos de 1995 e de 2003 se assemelham dessa maneira: de um lado, uma inegável radicalidade, associada a uma oposição frontal à lógica da remodelagem neoliberal da sociedade, uma simpatia majoritária, ancorada numa rejeição de massa dessa remodelagem; de outro, a dificuldade de estender a luta aos trabalhadores do setor privado e aos mais precarizados, dificuldade na qual joga a ausência de perspectiva alternativa credível; e a dificuldade de transportar a revolta contra os projetos governamentais aos debates coletivos de confronto e de união das experiências profissionais pessoais, para fazer avançar a aspiração a trabalhar e viver de outras maneiras. Acrescente-se a dimensão ainda demasiado exclusivamente nacional do movimento.

Mas, o avanço da ação altermundista oferece uma perspectiva potencial de coordenação destas lutas na perspectiva de um novo internacionalismo, em fase com os novos desenvolvimentos da acumulação de capital. Paradoxo de uma luta de classes que se agudiza ao passo que seus protagonistas não podem mais se reconhecer sob sua antiga face de grupos sociais separados, pois ela se difrata numa série de reivindicações civilizacionais em dimensão mundial.

\*\*\*

É, portanto, necessário continuar a explorar os mecanismos dessas mobilizações sociais e políticas enquanto dimensão decisiva da dinâmica das classes sociais. Aliás é sobretudo nesse plano que se dá a clivagem entre sociologias que reafirmam seu interesse pelo conceito de classes sociais, antes de tudo segundo uma preocupação de manutenção de uma visão crítica da ordem social, e uma sociologia inicialmente preocupada com a elucidação da contribuição potencial das lutas para a superação do antagonismo de classes. Muitas questões estão diante de

<sup>28</sup> Este aspecto do engajamento feminino nas lutas sociais não é inteiramente novo – cf. Enfermeiras, assistentes sociais, etc. – mas ele mereceria estar colocado no centro da reflexão.

nós. O movimento sindical será capaz de ampliar suas reivindicações para o reconhecimento das novas faces do trabalho, para além do emprego? Segundo quais condições as convergências de fundo poderão, numa fecundação cruzada, estreitar os laços do movimento operário e do movimento altermundialista? Qual papel desempenhará a referência aos valores e comunidades concretas – classes, nações, etnias, terra natal – na resistência a universalização mercantil e na invenção de um novo internacionalismo? Como pensar o novo projeto político coletivo portador da alternativa social?

**Paul Bouffartigue** é sociólogo do CNRS, trabalha no *Laboratoire d'Economie et de Sociologie du Travail* em Aix-en-Provence (*Unité Mixte de Recherche CNRS, Université de la Méditerranée et Université de Provence*). Suas pesquisas investigam notadamente o grupo social dos quadros, o tempo do trabalho e os tempos sociais.